

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL NA ALEMANHA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

THE NEW CULTURAL HISTORY IN GERMANY: SOME OBSERVATIONS

Letícia Leal de Almeida¹

RESUMO: O propósito desse artigo é de refletir sobre a Nova História Cultural na Alemanha, compreendendo desde tradição Historicista e a História Social, na análise das especificidades do processo social-político alemão na passagem do século XIX e XX. A partir da recepção das influências historiográficas internacionalistas nesse período, percorreremos parte da produção historiográfica alemã no período compreendido do pós-guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Alemã, História Social, Nova História Cultural.

ABSTRACT: The purpose of this article is to reflect on the New Cultural History in Germany, including from historicist tradition and social history, the analysis of the specific social-political process of the German in the late nineteenth and twentieth centuries. Upon receipt of the influences international historiography in this period, we will cover part of the German historical production in the period after the war.

KEY-WORDS: German Historiography, Cultural History, Social History.

Steinmetz (2007: 13-41) parte de uma análise da nova história cultural e de sua influência na Alemanha, em oposição a uma história social de enfoque progressista e de exclusão, portanto superficial. Por isso, o diálogo com outras disciplinas como a antropologia cultural, a lingüística e a literatura é empregado para uma análise das relações dos sujeitos no processo histórico, visto como os homens constroem símbolos, rituais, práticas e discursos cuja complexidade transcende uma análise social que tinha por fundamento ser objetiva. Para este autor, a nova história cultural avança num sentido mais amplo do que a utilizada por um conceito da história cultural clássica que era limitada por um setor temático, como os costumes. A denominação de “nova” se situa em contrapartida às produções culturais entre 1880 e 1930, na Alemanha e em outros países; para isso ele reconhece as produções culturais de Jacob Burckhardt

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: les2je@hotmail.com. Artigo enviado em: 15/11/2011 e aceito em 20/12/2011.

(1818-1897), Karl Lamprecht (1856-1915) e Johan Huizinga (1872-1945) como percussores da análise de práticas e interpretações, além de invocarem os modos de vida e a consciência coletiva.

Para acompanhar essas mutações historiográficas, devemos compreender como se deu a influência da História Social alemã sua antecessora, através da Universidade de Bielefeld: Jürgen Kocka e Hans-Ulrich Wehler, que foram denominados como os *Bielefelder*, na Alemanha Ocidental, articularam a escrita com a teoria, o que se diferenciava da história estadista que demonstrava uma hostilidade à teoria, além da contraposição aos indivíduos, deslocaram a atenção para as estruturas, identificando também a modernidade com o progresso.

Considerando como percussora desse enfoque social na Alemanha, a *Volksgeschichte* (história do povo ou da raça) nem era considerada em sua totalidade enquanto social, já que parte da sua produção se destinou ao planejamento político do nazismo. Para Lambert, o problema dos fundadores da história social na Alemanha, era a ausência de reflexão sobre o passado alemão, além destes não buscarem um choque efetivo com os historiadores políticos (LAMBERT, 2011: 117).

O *Volk*, como um conceito dos historiadores nacionalistas, teve um despertar marcados pelo pós 1ª Guerra Mundial, que segundo Aubin (1993, apud LAMBERT , 2011, p. 119) é marcada por uma tomada de consciência da hereditariedade do povo alemão, questionando assim a política de reconhecimento das fronteiras, o legado das políticas dinásticas. Estes historiadores propõem um reordenamento social, onde todos os alemães pertenceriam a um Reich. É nesse contexto que o historiador austríaco Heinrich Ritter Von Srbik propõe uma visão da história alemã integral, o *gesamtdeutsch*, recusando o caráter desagregador do acordo de Versalhes do século XIX.

A *Volk* é contemporânea à transformação ideológica da direita alemã ao nazismo em torno dos anos 30, momento em que os jovens e intelectuais se tornam membros da elite nazista. Por isso afirma-se que a história social alemã tem raízes marrons, o marrom nesse contexto significava o nazismo (LAMBERT, 2011: 117).

A História Social na Alemanha ocidental, segundo Lambert (2011: 118-121), não representou uma mudança de paradigma. Ela se estruturou a partir dos anos 50 com nomes como Herman Cubin, Otto Brunner, Theodor Schieder e Werner Conze. Antes

de 1945 a produção historiográfica alemã estava atrelada à história da raça e marcada por um ultranacionalismo.

A *Volksgeschichte* coexistiu com os estudos estadistas do historicismo, já que possuía em comum o elemento nacionalista que lhes permitia conviver pacificamente, como contribuintes do Nazismo. Por que assim como o Nazismo, tinham predileção pelo ambiente rural, às produções historiográficas desse período também compartilhavam dessa perspectiva, enfocando comunidades rurais do leste central.

É a partir disso que emerge a necessidade de estreitamento dos vínculos com a geografia e com os estudos demográficos. Porém, de acordo com Lambert, essa interdisciplinaridade era preconceituosa e exercida de forma distorcida. Isso pode ser evidenciado na afirmação de Gerhard Hitter (1950 apud LAMBERT, p. 124) de que *Volksgeschichte* estava aberta à influência da Sociologia, mas contanto que não se deixasse de lado o individual e o particular. A adoção da perspectiva do *Volks* também significou o deslocamento do olhar do Estado para o povo, segundo Otto Brunner (1938, apud Lambert p. 119), o olhar agora estava atento ao cotidiano, ao folclore e a tradição. Esse deslocamento da documentação do estado foi contemporâneo a *Annales* de Marc Bloch e Febvre, porém estas se diferem no que concerne à concepção política dos seus membros.

A institucionalização da História Social na Alemanha Ocidental a partir de 1957 foi empreendida por vários expoentes, entre eles Werner Conze. Este através do modelo estruturalista que atendia as perspectivas da interdisciplinaridade cautelosa citadas anteriormente por Hitter, as estruturas atuavam como um campo de possibilidades de manobras para os sujeitos, significando assim que a história social não buscava ser substituinte da história política, mas como um complemento já que as estruturas não determinavam a ação dos sujeitos. Seu trabalho incentivou produções em torno da família, história agrária, movimentos trabalhistas e história dos partidos políticos. Essa perspectiva declinou ainda no fim dos anos 60, dado tal conservadorismo da historiografia alemã. Após os anos 60 na Alemanha houve o retorno de historiadores exilados, estes trazendo uma interpretação social crítica, como a interpretação sociológica de Max Weber, que retorna às origens alemãs.

Devemos compreender que a história social proposta pela geração de Conze era atrelada demais ao historicismo para efetuar críticas intensivas ao sistema de estado autoritário nazista. Diferente dessa nova geração de intelectuais alemães pós anos 60

socializada no pós-guerra, que possui uma disposição e referenciais trazidos de outros países para efetuar críticas ao Terceiro Reich (LAMBERT, 2011: 124-125).

Ainda segundo Kocka (1987: 51-3), a História Social alemã foi impulsionada pela emergência da História do Cotidiano, que no caso de um período conturbado entreguerras pode esclarecer a perspectiva dessas pessoas, na relação com as estruturas como elas percebiam esses processos. Ela foi criticada como um neo-historismo, acusando uma ineficácia pelo fato de que os contemporâneos à guerra, por exemplo, não percebiam as estruturas que os envolviam e quando conseguiam enxergar essa visão era muitas vezes superficial. Outra crítica é a tentativa de abrangência de todo campo o social ao invés de decompor a sociedade. Por isso foi caracterizada como uma recaída neo-historista na tentativa de reconstruir o passado a partir das fontes, sem uma apuração de conceitos e teorias. Para Kocka, eles esquecem que as fontes permitem ao historiador diversas respostas dependendo do problema que ele coloca às fontes, os objetivos e problemas formulados não são impostos pelas fontes, mas trazidas do presente pelo historiador.

Para Lambert essa geração após anos 60, enxergou que o trajeto percorrido pela Alemanha possuía especificidades em relação a países como a Grã-Bretanha, Estados Unidos e França que passaram (supostamente) por Revoluções Burguesas eliminando conseqüentemente a arbitrariedade monárquica. Porém no caso alemão, a Revolução fracassou, e os burgueses abandonaram a Alemanha em torno de 1848. Desta forma, a aristocracia semi-feudal continuou a governar, no estado e no exército, mesmo em 1900 quando a economia alemã ultrapassou a economia inglesa.

Esta aristocracia que fomentou ideais ultra-nacionalistas que vão ser potencializados pelo Nazismo, desviando possíveis queixas do campesinato e da classe média para supostos inimigos da Alemanha, forjando assim imagens negativas dos social-democratas, internacionalistas, católicos e judeus, estigmatizando-os como uma ameaça à pátria. Os historiadores sociais da geração de Kocka e Wehler, nos anos 70 prosseguiram com essa percepção de história processual, onde o nazismo se inseriu em uma continuidade que se desenvolveu em um contexto alemão propício em contrapartida a percepção dos historicistas que viam o nazismo como um acidente de percurso. Esses historiadores envolvidos pela teoria marxista, através da análise da oposição do proletariado aos interesses burgueses, que seriam construídos

gradativamente pela diferenças entre as classes. A partir disso as classes iriam tomando consciência diante de tensões constantes (LAMBERT, 2011: 127).

Os *Bielefelder* tentaram constituir uma mudança de paradigma na historiografia alemã, tentando uma superação do historicismo. Porém a História Social mesmo como uma perspectiva considerável se constituiu no cenário alemão com uma das variantes fazer historiográfico alemão. A aceitação dessa vertente foi de que a produção historiográfica era maleável e aceitava diversas formas e metodologias. O que se reconhece na abordagem dos *Bielefelder* foi à articulação das fontes com a teoria, já que sua visão a respeito dos documentos era de que estes eram ingênuos e limitados, portanto a compreensão do historiador deveria ser orientada pela teoria, e quando se propunham a uma análise estruturalista, se atentaram ao que escapava a estrutura, portanto nas falhas dos modelos de longa duração.

O que Lambert (2011: 129-131) conclui, é que havia continuidade entre a *Volks* e a História Estrutural, mas entre a *Volks* e a História Social Crítica havia uma descontinuidade. Esta situada nos anos 70, um período de efervescência, a História Social Crítica foi marcada por um momento de tensões, mudanças políticas e sociais significativas na Alemanha. Por exemplo, a instituição de um governo social-democrata nesse período, ao qual os *Bielefelder* se identificavam, mas que aos poucos perdeu força. Desta forma, a História Social Crítica não caracterizou uma mudança de paradigma eficaz contra o enraizado historicismo alemão.

Durante os anos 50 e 60, com o declínio da visão totalitarista de Estados Nação e o retorno de exilados à Alemanha, que segundo Kocka (1987: 43-44) levou alguns historiadores a formularem críticas à tradição historiográfica alemã, por isso essa geração se destacou pelo engajamento da ciência histórica. Porém esse período é marcado também pela divisão historiográfica entre República Federal e República Democrática.

No ponto de vista de Kocka (1987: 41-55) na análise do Historicismo alemão, ele aponta como foram estigmatizadas as produções com enfoque cultural de Karl Lamprecht dificultando sua incorporação na produção historiográfica alemã. Tendo em vista que o Historicismo tem origem alemã, justificaria assim um posicionamento mais conservador em relação ao enfoque culturalista, se comparado recepção da virada culturalista na França com a *Revue de synthèse* de Henri Berr e também se comparado aos Estados Unidos, com os *progressive historians*. Entre estes não havia uma

resistência efetiva a mudanças na ciência histórica. O que confirma um caráter fechado da Historiografia alemã a influências internacionalistas.

A nova história cultural nestes países surge em detrimento a uma história cultural clássica, que segundo Burke (2000: 233-267) era elitista e privilegiava a cultura ocidental clássica, como a produção literária e artística dentro do *zeitgeist* (espírito do tempo). Esta desprezava as características de uma dada sociedade em que se originaram obras e pensamentos, deslocando-os como se estes fossem atemporais e independentes do contexto em que foram produzidos.

Através da contribuição da escola de *Annales*, de Marc Bloch e Lucien Febvre receberam influências da sociologia de Georg Simmel e Max Weber, que conotam uma abordagem de temas que não haviam se esgotado. Para Revel (2009: 97-137) a história cultural proposta pela *Annales* problematiza um conceito de cultura muito amplo para os historiadores, ocasionando problemas epistemológicos quanto à metodologia da ciência histórica.

Steinmetz reconhece uma maior precisão no desenvolvimento da história através do conceito cultural compreendido por Ernest Cassirer, que antes mesmo de Clifford Geertz percebeu que as ações e os pensamentos humanos fazem parte de uma teia simbólica. A proposta que Cassirer lançou em sua *Philosophie des formes symboliques* (1923-1929) (REVEL, 2009: 111) era a análise da semiótica na cultura, onde se propõe a compreender o processo de incorporação e trocas de representações culturais.

A crítica da nova história cultural é para a tentativa de homogeneizar uma cultura como uma unidade, o que gera produções historiográficas com características de síntese. Como na crítica de Ernest Gombrich à obra de Jacob Burckhardt, *A civilização da Renascença na Itália*, que construía a cultura como um todo coerente. Para Gombrich (REVEL, 2009: 103-105), não havia uma devida problematização da história cultural clássica, já que ela se propunha através de modelos orientarem uma organização social com traços culturais abrangentes. Segundo Burke (2000: 238), no caso do renascimento ele aponta como isso não afetou de forma igual todos os setores sociais na Itália, tendo em vista que os camponeses muitas vezes foram marginalizados a esse processo. Até mesmo no caso de uma cultura renascentista elitista homogeneizada também gera controvérsias, considerando que a própria elite não era coerente, possuindo suas próprias divisões culturais.

É através da emergência da antropologia, que introduz o multiculturalismo que se multiplicou os objetos de estudo e uma releitura de clássicos. Estes permitiram analisar características como os costumes, a língua e a religião reconhecendo-os como traços que definem as identidades dos indivíduos. E percebendo através deles como os indivíduos interagiram com as normas sociais, visto que as normas são produzidas pelas práticas, que atuam como um recurso dos atores as normas sociais e as estruturas. Antes as práticas eram vistas como resultantes das normas, portanto se reduzia o poder de ação dos sujeitos (REVEL, 2009: 97-137).

Steinmetz menciona a contribuição da *linguistic turn*, a análise lingüística que pratica na história cultural alemã, esta surge nos anos 60 e 70 na Alemanha e França através da influência de Michel Foucault, que propõe uma leitura e interpretação a partir da análise de discurso. Tem por finalidade localizar o inconsciente da argumentação, a partir da metodologia de quantificação da frequência das palavras e expressões típicas a cada contexto, através da *lixicométrie*. Porém aponta que isso foi encarado como problema para alguns historiadores, já que coincide com as discussões sobre pós-modernidade e pós-estruturalismo, ele argumenta que esses conceitos não podem ser associados apenas por serem contemporâneos (STEINMETZ, 2007: 20-21). Ele também aponta como a análise léxicométrica pode ser perigosa se utilizada de forma indiscriminada sem uma devida problematização, já que essa metodologia isolada pode gerar uma interpretação superficial das fontes.

Na Alemanha a *linguistic turn* possui um caráter especial, mesmo assim não é dissociada da *linguistic turn* foucaultiana. Ela é formulada por Reinhart Koselleck, numa autonomização da língua nos acontecimentos históricos. Steinmetz aponta a importância da publicação de *Geschichtliche Grundbegriffe*² que percebe no recorte temporal de 1800 mudanças conceituais significativas na linguagem político-social alemã. Koselleck se refere a uma democratização localizada nas mudanças do *ancién regime* para a sociedade moderna burguesa. A abordagem política da nova história cultural também pode ser feita através da análise dos discursos políticos, devido à necessidade de convencimento que deve ser construída em torno da argumentação. Por isso a análise lingüística da nova história cultural vem a contribuir com a história política.

² Tradução: Conceitos históricos básicos.

Outra ferramenta amplamente utilizada na história cultural alemã é a *visual turn*, que atua como ferramenta de interpretação de objetos onde fontes textuais não dão uma sustentabilidade eficaz para uma análise. Como por exemplo, a pesquisa sobre tipos de moradia e vestuário em uma determinada época. Porém Steinmetz conota que elas devem passar pelo mesmo tratamento dos documentos textuais, a crítica de fontes. Já que é preciso levar em conta as relações que estão por detrás das fontes imagéticas, produção e recepção além de possíveis distorções e desvios intencionais por parte do autor da fotografia ou da pintura. Deve se atentar também as formas de atuação dessas imagens no inconsciente dos indivíduos, o que gera um reconhecimento do poder simbólico das imagens. Steinmetz (2007, p. 28) exemplifica essa relação de imagem e poder através da produção iconoclasta da Revolução Francesa, e a destruição de imagens de forma intencional, buscando provocar um apagamento da memória pública, orientando assim as lembranças de uma determinada sociedade para um destino pré-determinado.

No caso da *visual turn*, ela parte de uma metodologia de confrontação de imagens com suas representações e conteúdos, a partir de uma contribuição da análise utilizada na história da arte. Erwin Panofsky (1892-1968) parte de três premissas para essa metodologia: a descrição da imagem, análise iconográfica para só após partir para uma interpretação iconológica. Mas não se deve esquecer que essa metodologia da história da arte tem o intuito de avaliar a qualidade, e para a história da imagem o que é mais pertinente é compreender as convenções e repetições presentes nessas obras.

O que Steinmetz conclui é que a nova história cultural alemã se volta para a historicidade da comunicação, seja ela espacialmente real ou virtual, de caráter visual ou da língua. O espaço é definido como um conceito chave para a nova história cultural, já que os indivíduos são balizados também espacialmente pelas condições geográficas e naturais. Portanto invoca uma *spatial turn* como abordagem historiográfica. Ele demonstra que esse reconhecimento é possível para uma análise de como os indivíduos que moram nas montanhas são influenciados por ela e constroem suas percepções sobre outros indivíduos que por sua vez moram em regiões litorâneas. Buscando compreender as relações que se estabelecem entre realidade e discursividade, comparando-as com outras realidades semelhantes, que foram efetivamente afetadas pelo processo de globalização. Se deparando assim com histórias convergentes. Com a contribuição de uma história da ecologia que percebe que as ações locais têm um impacto global. Isso

começou a ser desenvolvido em especial na França, através da relação interdisciplinar entre história e a geografia, como na obra de Fernand Braudel *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Na Alemanha essa influência não foi absorvida de forma imediata, visto que mesmo após 1945 a perspectiva de historiadores e geógrafos legitimava a geopolítica.

O avanço tecnológico global ainda cria um terceiro espaço que é criado da fusão entre um espaço real e o outro virtual. Esse espaço artificial acaba dando origem a novas formas de comunicação, onde o espaço não atua mais como barreira entre os indivíduos.

O que Steinmetz enfatiza são as críticas centrais de outros historiadores à abordagem da história cultural quanto aos objetos, eles apontam serem em sua maioria periféricos. Para eles essa perspectiva ocasionou no abandono a pesquisas de temas centrais como a desigualdade social ou o campo político. Estes objetos são definidos enquanto “duros” ou concretos, em contrapartida a análise de discurso, que é apontada como “mole” e abstrata. Para ele isso é uma tentativa de inferiorizar a história cultural em relação à história social. Porém aponta como nova história cultural também se dedica a estudos da história política, como na obra de Benedict Anderson sobre o nacionalismo, que teoriza as nações enquanto comunidades imaginadas, que se delimitam exteriormente, mas que possuem também uma carga simbólica interior. Destaca-se também as produções em torno da relação entre memória e história na Alemanha e na França, que busca compreender como são construídos os lugares de memória em torno de lugares e instituições no espaço cotidiano da vivência nacional. Neste caso a influência é a de Pierre Nora, que analisa as camadas de memória nacional, levando em conta as emoções que se estabelecem entre esses indivíduos e lugares que possuem uma teia de significados subjetivos.

Na Alemanha como já foi citado anteriormente houve um predomínio muito longo do paradigma historicista. O período mais evidente é durante a 1ª Guerra Mundial, momento em que os historiadores se fecharam às influências de outros países. As tendências sociais foram incluídas na expressão *Historische Sozialwissenschaft*, estas foram duramente criticadas pelos historicistas como um retorno a descrição ou retorno à narrativa. O argumento era que se privilegiariam muito as estruturas e se deixaria de lado a importância do indivíduo no processo, como no caso de Hitler na formação do nacional-socialismo alemão. Portanto não se trata da aplicabilidade de modelos e conceitos rígidos a espaços muito grandes, mas de análises de campos mais

reduzidos e sob a perspectiva de baixo. Para Kocka (1987, 42) essa postura se apresenta como uma crítica ao progresso, onde o capitalismo representa perdas para essas classes pelo seu avanço desenfreado.

Hardtwig (2007, 75-96) argumenta como a análise cultural pode contribuir para a história política no período conturbado de crises políticas e sociais do período entreguerras. Alguns estudos buscaram compreender as consequências das guerras na vida dos contemporâneos a ela, tentando assim reconstruir a consciência social e política desses indivíduos nesse período. Estes muitas vezes possuem posicionamentos contraditórios, já que muitas vezes apresentam um recuo aos modelos tradicionais como um questionamento aos valores e a lógica de consumo da ordem capitalista. O nazismo é impulsionado por estas pressões e contradições do período pós 1ª Guerra Mundial que serviram de base para a construção do nacionalismo alemão, diante de uma crise da representação política entre 1919 a 1933, conotando uma característica de unidade do período entreguerras.

Isso pode ser analisado sob o aspecto da expressão emocional. Segundo Maffesoli (1998: 15) é possível através da construção da memória em torno de uma história em que os nacionais possuem em comum. Esta liga esses indivíduos a um passado compartilhado, que se constrói a partir de um sentimento coletivo que agrega esses sujeitos em torno do nacionalismo. É a partir desses vínculos, que transcendem a racionalidade que se estabelece a identidade cultural.

A identidade cultural é também relacionada com a comunidade imaginada, que atua através de mecanismos como símbolos e representações. Um exemplo disso são as narrativas históricas de fundo mítico, que desta forma situam os sujeitos a uma história em comum, conectando-os a um destino pré-existente, como um fio que os conecta a esse passado em comum (HALL, 2003: 37-76).

No caso do nazismo, ele é impulsionado também por um passado germânico sem glórias. Para Hardtwig (2007: 85) o nazismo potencializou essas idéias integrando-as à sua ideologia juntamente com um ideal de raça. Isto se inscreveu nas novas perspectivas de configuração cultural, social e política no início do século XX na Alemanha.

Na análise culturalista de Kocka (1987: 44-5), ele constrói seu argumento, através do exemplo da Criação do Império Alemão em Janeiro de 1871. Nesse momento se observou o processo de construção da identidade nacional alemã. Discorrendo da análise da historiografia historicista, ele conclui que esta tratou a criação do Império

Alemão, ora como um grande acontecimento, ora como decepção. No entanto ele salienta, que para se compreender a construção dos nacionalismos, a partir da formação dos Estados Nacionais deve se levar em conta vários fatores que influenciaram essa construção, como o processo da desintegração das identidades locais, o desenvolvimento dos mercados supraregionais e a expansão da comunicação. Na análise do historicismo não se analisava o nacionalismo inserido em um processo de formação pertencente também, a uma linha de continuidade, mas apenas a Formação do Império Alemão através do próprio acontecimento em si. Já a análise estruturalista se propôs compreender a formação do nacionalismo alemão enquanto processual.

A construção do nacionalismo alemão foi marcada também por uma legitimação da imagem masculina na construção de imagens da pátria, levando em conta as especificidades do período entreguerras que também é marcado pela integração da mulher no espaço público e no mercado de trabalho que antes era predominantemente masculino. Portanto essa legitimação masculina, muitas vezes é construída pela imagem e muitas vezes também através da violência que tem por função reafirmar os papéis sociais do masculino e do feminino que foram desordenados por esse período entreguerras, já que estas mulheres foram impulsionadas pelo mercado de consumo que gerou postos de trabalho e também em decorrência da escassez de trabalhadores homens durante o período da guerra. A reação masculina e também de algumas mulheres que se mantiveram no espaço privado, pós 1ª Guerra Mundial constituiu um protesto violento de trabalhadores e suas famílias, já que estes não conseguiram reocupar o mercado de trabalho de forma imediata ainda em 1933. Para Hartwig (2007:88-90) essa relação com a violência possui suas referências no capitalismo, que acaba fazendo uma apologia ao uso indiscriminado por estes homens durante a guerra, e justifica também uma contra violência em favor ao progresso. Que resulta, portanto em uma crise de ordenamento de gênero no período entreguerras.

Desta forma se faz necessário uma historicização dos sentimentos envolvidos na construção do nacionalismo que foi invocado no período entreguerras. Tendo em vista que na análise das pessoas que viveram em um regime de terror, Steinmetz (2007: 36) aponta a ineficácia da análise lingüística, já que ela não dá conta sozinha de compreender as relações sociais entre as pessoas que viveram sobre esses regimes de autoritarismo, como no caso do nazismo que sujeitou tantos soldados e pessoas. O que conota uma falha de explicações racionais, já que não conseguem compreender as

motivações desses indivíduos para agirem de forma violenta durante a guerra. Por isso a busca de uma práxis não verbalizada é pertinente. Dado que o campo social determina a percepção de corpo físico, já que a modernidade é marcada visivelmente por uma disciplinarização do corpo pela sociedade burguesa, como por exemplo, através dos esportes ou por meio de uma disciplinarização do exército.

Isso pode ser observado no caso de um grupo armado como a SS alemã, onde o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu auxilia na compreensão das relações. Como já foi apontado que a prática da violência coletiva não é dissociada das relações de gênero e que está intimamente ligado a rituais de camaradagem do grupo, para Bourdieu as atitudes físicas originam a práticas simbólicas, lingüísticas e afetivas, onde estas conotam uma distinção social.

A especificidade do processo político alemão se apresenta como permeado de práticas, sociais e culturais que foram essencialmente estudadas pela história política e econômica.

Na crítica da história social formulado ao Historicismo alemão, é de que os historiadores sociais, mesmo que de forma equívoca pensaram que o paradigma historicista como um conjunto superado, não abandonaram o apego às fontes, além de que a contextualização do objeto ainda continuava fixada no repertório do historiador. Porém segundo Medick (1985: 88) deve se reconhecer que a história social avança em outros pontos em rumo à nova história cultural, através da aproximação da história com a Antropologia que em uma relação dialética, esta adota a perspectiva diacrônica, assim como a história adota a perspectiva sincrônica.

A Antropologia revela traços de experiências humanas que foram marginalizados pelos avanços da modernidade e da industrialização, onde uma análise estruturalista privilegiaria as estruturas atuando sobre os indivíduos a Nova História Cultural enxerga como esses indivíduos resistiram e também agiram sobre essas estruturas.

Assim o próprio conceito de estrutura é colocada em análise, a partir de discussões de conceitos *práxis*, *habitus* e estratégias que segundo Medick (1985:105-106) se adéquam melhor as perspectivas muitas vezes contraditórias do processo histórico. É a partir disso que surge a Antropologia Histórica Alemã, em contrapartida ao posicionamento do historicismo que conota o indivíduo como referência de produção

cultural, agora se compreende que os significados e os sentidos são produzidos nas relações sociais.

Hardtwig (2007: 78-9) ressalta como a análise cultural recebeu também a contribuição dos estudos de Michel Vovelle sobre a Revolução Francesa, que em contraponto a uma análise estruturalista das mentalidades, percebe uma mudança na mentalidade política em um curto espaço de tempo. Ele coloca no centro da análise desse período as ações afetivas, construções mentais que tiveram ressonância nas formas políticas que são envolvidas por sistemas de signos e universos simbólicos. O que se complementa em uma análise mais ampla da sociedade é a atenção às massas de indivíduos.

De acordo com Maffesoli (1998:43), isso se opõe a lógica de individualização da modernidade, já que no seio do grupo, os sujeitos passam a se tornarem anônimos e representarem um papel que conota importância ao grupo num todo, onde se ajustam a uma lógica orgânica que muitas vezes se reveste de valores tradicionais que de forma equivocada foram julgados superados pelo avanço da modernidade. Portanto não se trata apenas de rupturas, mas de continuidades no processo histórico, além de invocar um micromundo dos indivíduos a partir das relações sociais no macromundo político.

Reconhecendo que os indivíduos recebem influências de diversos grupos, como o religioso e intelectual. E também são orientados por pontos de vistas regionais e de posicionamento de gênero. Os códigos de conduta social dependem assim do universo simbólico construído em todas as esferas do cotidiano social, já que as atribuições de sentido muitas vezes partem do coletivo em contraposição da análise historicista que conotava o sujeito como referencial de produção e significação.

A história cultural também reconhece uma politização do tempo, que constrói nos discursos políticos e debates a cerca do trabalho. Para isso Hardtwig (2007: 93) utiliza o tratamento dado ao tempo pelo regime nazista, que rompem com o ordenamento natural do tempo, já que reavaliam o passado e o presente alemão através de um futuro antecipado.

A política da ascensão burguesa promove também através do discurso uma segregação da elite do corpo social, já que restringe um campo de influências legitimadas através de conceitos como consumo de massa, cultura de massa e mercado político em contrapartida a uma cultura de elite, que passa por um processo de corrosão através da característica globalizante do capitalismo. Este afrouxa as distinções sociais

através do mercado econômico, onde indivíduos podem compartilhar consumos semelhantes, que são difundidos através dos meios de comunicação e pela indústria cultural. Hall (2003: 51-2) aponta como isso gera uma diluição do modelo centro-periferia, já que através do mercado também ocorrem influências das massas sobre uma elite, conotando que as trocas culturais são recíprocas, em contrapartida a uma percepção cultural unilateral.

Porém devemos salientar que não significa que tudo que é cultural seja considerado como um adorno da política, porém a história cultural visa compreender as relações simbólicas que se estabelecem entre os discursos políticos, as festas e as expressões corporais. Ela desloca o olhar do eixo das estruturas que antes deixavam os indivíduos como passivos. É a partir dos anos 80 que a história cultural passa a olhar os indivíduos enquanto agentes de sua história. Com a contribuição da antropologia Clifford Geertz, que propõe uma interpretação da cultura a partir de seus próprios signos e significados, retirando do próprio contexto as referências culturais para análise desses elementos. Desta forma, busca-se reconstruir os múltiplos significados que uma cultura possui.

Para ele, não se trata de um determinismo, mas reconhecer que estas significações são também produto da cultura, onde o sujeito produz seus significados a partir de relações de reciprocidade, resistência, dependência que ocorrem nas relações dialéticas entre os indivíduos e as estruturas.

E a partir disso que a nova história cultural propõe uma análise das práticas. Na análise proposta por Revel (2009: 116), este não nega que as estruturas atuem sobre os indivíduos, porém para ele isso não os determina. As estruturas afetam os atores de forma desigual, portanto se atenta a comparar essas relações através de mecanismos como apropriação ou da aculturação. O que ele argumenta, é que os indivíduos mesmo sobre imposição cultural ressignificam os símbolos. Na história cultural clássica os indivíduos recebiam as tradições como um legado, portanto o que se recebia era compreendido como sem alterações do original (BURKE, 2000: 239). Já a nova história cultural leva em consideração a recepção cultural, as resistências as estruturas, em contrapartida a uma história cultural que tentava unificar o cultural em uma síntese, ou em obras genéricas sobre sociedades em todos os aspectos (econômica, política, social). A ênfase da Nova História Cultura se dá nas disparidades.

Na percepção de Steinmetz a virada culturalista alemã parte do seguinte pressuposto:

Como característica geral da nova história cultural estabelecer-se á, no início, a convicção de que toda a realidade – seja presente, seja passada – é simbolicamente construída. Segundo essa concepção, a realidade surge quando os signos são relacionados com significados. Em cada comunicação são construídas realidades próprias (STEINMETZ, 2007: 41).

Desta forma não é possível construir uma história objetiva, já que se articula um mundo real e um mundo imaginário. Isso evidencia que o historiador trabalha com pressupostos, como já evocado por Certeau (2002: 50-51) o historiador articula indícios para compreender as relações que muitas vezes passaram despercebidas até pelos seus contemporâneos, já que são foram naturalizadas. Portanto o historiador muitas vezes não consegue segregar uma verdade da ficção, já que as fontes são produções subjetivas. Isso enfatiza de que forma o historiador se depara com um problema heurístico, devido às fontes só possuírem uma alusão referencial ao fato em si, além de muitas vezes apresentar na mesma fonte características contraditórias.

A análise de Da Mata (2006: 245-251) sobre o artigo de Steinmetz percebe que a análise dele sobre a história cultural enfatiza a contribuição alemã nos conceitos léxicos na história política, proposta por Brunner, Conze e Koselleck que surgem paralelamente a *linguistic turn* anglo-saxã. De certa forma ele acaba autonomizando a linguagem na análise social. Conotando a importância das relações entre os sujeitos, visto que a comunicação possui regras prévias.

Porém para Da Mata (2006: 247) Steinmetz acaba caindo no relativismo, por conta do enfoque culturalista onde ele teoriza toda realidade como simbolicamente construída, se deparando assim com o dilema entre uma história real ou fictícia. Para Da Mata a realidade possui construções primárias e secundárias, que são verdadeiras e caracterizadas hierarquicamente.

BIBLIOGRAFIA

- BURKE, Peter. Unidade e Variedade na História Cultural. In: _____. *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 233-267.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, cap. 1.

- DA MATA, Sérgio. (Resenha) GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Editora UPF, 2007, 245pp. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n° 2, p. 245-251, mar. 2009. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/index>. Acesso em: 25 jun. 2011.
- HARDTWIG, Wolfgang. História cultural política do entreguerras. In: GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Editora UPF, 2007, p. 75-96.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Couto. 8ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 37-76.
- KOCKA, Jurgen. Tendências e controvérsias recentes na ciência história da República Federal Alemã. In: GERTZ, René E.; NEVES, Abílio A. B. (orgs.). *A Nova Historiografia Alemã*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Instituto Goethe, Instituto Brasileiro Alemão, p. 41-53.
- LAMBERT, Peter. SCHOFIELD, Phillipp. História: Introdução ao ensino e à prática. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 117-133.
- MEDICK, Hans. Missionários num barco a remos? Modos etnológicos de conhecimento como desafio à história social. *Ler História*, n. 6, 1985, p. 85-107.
- MAFFESOLI, Michel. A comunidade emocional. In: _____. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1998. Cap. 1, p. 14-42.
- REVEL, Jacques. **Proposições: Ensaio de história e historiografia**. Trad. Cláudia O' Connor dos Reis. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009, p. 97-137.
- STEINMETZ, Willibald. **Da história da sociedade a nova história cultural**. In: GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Editora UPF, 2007, p. 13-41.